

GOVERNANÇA PÚBLICA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: uma análise bibliométrica

ANNE CAROLINE SILVEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)
acsil22@hotmail.com

PATRICKSON CHAMORRO LUCAS PELZL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)
patrickson85@gmail.com

JOSÉ CARLOS DE JESUS LOPES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)
jclopes4@hotmail.com

PAULA DA SILVA SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)
santos.paulads@gmail.com

GOVERNANÇA PÚBLICA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: Uma análise bibliométrica

1. INTRODUÇÃO

A capacidade do Estado de implementar suas políticas públicas constitui um elemento de extrema importância para alcançar uma Administração Pública mais ética e transparente e que atenda aos anseios de sua população. Após vivenciar uma profunda crise econômica e política desde os anos 80, o Estado brasileiro iniciou, em 1995, sua segunda grande reforma da gestão pública, que foi fortemente influenciada por um conjunto de novas ideias advindas do Reino Unido, denominado *New Public Management (NPM)*. Essa reforma, que ainda está em curso no Brasil, preconiza a construção de uma Administração Pública flexível, totalmente voltada para eficiência e eficácia no atendimento das necessidades dos cidadãos, por parte do Estado, conforme os estudos de Bresser-Pereira (2007).

Como órgão de controle externo constitucional, o Tribunal de Contas da União - TCU (BRASIL, 2014, p. 6) define a Governança Pública como “[...] um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”. Esse órgão tem utilizado diversos instrumentos para desenvolver a governança no âmbito dos órgãos da gestão pública brasileira, por considerar que a adoção de boas práticas de governança permite o crescimento saudável do aparelho do Estado.

Dentro do âmbito de atuação do TCU, estão incluídas as Universidades Federais brasileiras, que são autarquias ou fundações públicas pertencentes à Administração Pública indireta e vinculadas ao Ministério da Educação (MEC). O papel das Universidades Federais é de formar profissionais para atuação no mercado, alavancar a produção do conhecimento científico e tecnológico, e promover o desenvolvimento cultural. Apesar de gozarem da autonomia administrativa, garantida pela Constituição Federal (CF-88), as Universidades Federais submetem-se às normas aplicadas ao Serviço Público Brasileiro, sendo, portanto, fiscalizadas e por vezes direcionadas pelo TCU para cumprimento de sua missão como Instituições Federais Públicas de Ensino Superior (IES), uma vez que elas são mantidas por recursos públicos, disciplinados por Lei Orçamentária Anual (LOA).

De acordo com a LOA, de 2016, foram destinados R\$ 40.542.540.314,00 (quarenta bilhões, quinhentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e quarenta mil, trezentos e quatorze reais) às 63 Universidades Federais existentes. Esse montante representa 40,63% de todo o orçamento de R\$ 99.788.884.740,00 (noventa e nove bilhões, setecentos e oitenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e setecentos e quarenta reais) do MEC, para o ano de 2016. Com um volume tão expressivo de recursos públicos destinados, é necessário que as Universidades Federais estejam em processo contínuo de desenvolvimento e modernização de sua gestão, assim como assegurar maior controle e transparência de suas despesas.

2. PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVO:

Conforme o TCU (BRASIL, 2014, p. 17), “[...] a boa governança pública tem como propósitos conquistar e preservar a confiança da sociedade, por meio de conjunto eficiente de mecanismos, a fim de assegurar que as ações executadas estejam sempre alinhadas ao interesse público”. Desta forma, este artigo tem por objetivo responder à seguinte pergunta: como e sob quais circunstâncias a temática Governança Pública tem sido publicada na e pela comunidade científica? Qual tem sido o avanço das discussões sobre a temática da Governança Pública, em especial, nas Universidades Federais, nas publicações científicas pela comunidade científica?

Ao considerar a importância da Governança Pública na Gestão do Estado brasileiro, este trabalho mostra-se relevante ao analisar o perfil da produção científica sobre a

Governança Pública nas Universidades Federais. Para tanto, foi realizada uma análise bibliométrica para averiguar as características das produções científicas publicadas entre os anos de 2007 e 2016 sobre o tema e, ainda, para mensurar o grau de engajamento dessas Instituições de Ensino Superior na difusão dos princípios da boa governança à sociedade em geral. O corpo textual desta pesquisa está disposto na seguinte ordem: Esta primeira parte introdutória, que traz uma breve síntese sobre o contexto no qual o tema encontra-se inserido, a Fundamentação Teórica, a Metodologia, as Análises dos Resultados e as Considerações Finais, além das referências que deram suporte a esta pesquisa.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo governança se difundiu e atualmente é, por vezes, utilizado para definir vários fenômenos. Isso se deve às várias perspectivas constantes na literatura sobre o tema e, ainda, à combinação com outros termos, passando a assumir outros significados. Assim, Alves (2010, p. 81) traz a seguinte percepção:

[...] frequentemente difuso, podendo ser aplicado tanto a métodos de gestão da empresa (governança corporativa) quanto a meios de preservação do meio ambiente (governança ambiental) ou formas de combate ao suborno e à corrupção de funcionários públicos (governança pública). Não obstante, seu caráter difuso, o conceito de governança tem como ponto de partida a busca do aperfeiçoamento do comportamento das pessoas e das Instituições.

Contudo, foi o Banco Mundial o precursor do conceito do termo governança e o explicou como a forma como o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país visando ao desenvolvimento (WORLD BANK, 1992). De forma complementar, Bastos (2016, p. 2) postula o termo governança como “o processo de coordenação de atores, de grupos sociais, de instituições ou de redes organizacionais para alcançar objetivos que expressam consensos coletivamente construídos”. Neste sentido, para ele, a governança envolve os processos de avaliar, monitorar e direcionar estratégias que fundamentam os processos de gestão propriamente ditos – planejar, executar, agir, controlar.

Por extensão, um conceito consolidado na iniciativa privada é o da Governança Corporativa, que é explicada por Macedo e Corrar (2012, p. 4) como “um conjunto de valores e normas que busca a intermediação dos interesses que atuam na organização”. Consideram-se, os anseios das minorias, ao passo que promove o desenvolvimento e crescimento econômico da organização.

O Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (IBGC, 2015, p. 20) define a governança corporativa “como um sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, Conselho de Administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”.

Os princípios basilares da governança corporativa são: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, sendo alicerce sobre o qual se desenvolve a boa governança. As boas práticas de governança corporativa se convertem os princípios básicos em recomendações que devem ser objetivas, alinhadas aos interesses e as finalidades de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, visando o acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum. (IBGC, 2015, p. 18-21)

A fim de garantir uma Administração Pública que atenda ao interesse coletivo da nação brasileira, o Tribunal de Contas da União publicou o Referencial Básico de Governança, pelo qual determina quais práticas de governança corporativa devem ser adotadas na Gestão Pública. O TCU instrui que Governança no setor público “compreende, essencialmente, os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para

avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (BRASIL. TCU, 2014, p. 26).

O TCU estabelece quatro níveis de análise, sendo eles: mecanismos de governança, componentes, práticas, e itens de controle, onde para que as funções de governança - avaliar, direcionar e monitorar - sejam executadas da melhor forma, os mecanismos devem ser adotados: a liderança, a estratégia e o controle e conseqüentemente vinculados a cada componente, e associado ao seu respectivo conjunto de práticas de governança, e encerrando fazendo a associação aos itens de controle (BRASIL. TCU, 2014, p. 36-38).

Para Bresser-Pereira (2007, p. 13), a Governança Pública envolve um processo amplo, na medida em que transmite a ideia de que “as organizações públicas não estatais ou as organizações da sociedade civil, empresas comerciais, cidadãos individuais e organizações internacionais também participam do processo de tomada de decisões, embora o governo continue sendo o ator central”.

A pesquisa não encontrou, na literatura consultada, algum trabalho que abordasse diretamente o conceito de Governança Pública nas Universidades Federais, embora as obras encontradas discorressem sobre os efeitos e características da adoção, ou não, da Governança Pública nas Universidades Federais.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa tem sua abordagem metodológica caracterizada como exploratória e descritiva (Gil, 2010). Quanto aos seus objetivos, pode ser classificada como descritiva, uma vez que tem a pretensão de verificar, por meio da análise bibliométrica, como está caracterizada a produção científica sobre Governança Pública, nas Universidades Federais, coletados em periódicos nacionais e internacionais, no período de 2007 a 2016. Este estudo utiliza o método qualitativo, pois sua análise de dados não pressupõem um padrão específico; o pesquisador tem a possibilidade de associar diversas concepções teórico-metodológicas, conforme as circunstâncias da natureza da pesquisa (Ferreira, 2014).

Como ferramenta de levantamento, tratamento e análise dos dados, utiliza-se a bibliometria, que é uma técnica para o mapeamento dos principais autores, periódicos e palavras-chave sobre determinado tema (FERENHOF et al., 2014). Para realização do mapeamento da pesquisa, foram aplicadas técnicas bibliométricas que se utilizam de métodos estatísticos e matemáticos para mapear informações, a partir de registros bibliográficos de documentos armazenados em bases de dados (SANTOS; KOBASHI, 2009).

Os documentos analisados foram os artigos e as dissertações de Mestrado e uma Tese de Doutorado, todos encontrados na varredura dos dados. Foram coletadas todas as publicações científicas publicadas em periódicos nacionais e internacionais, indexados nas bases de dados Periódicos Capes, Google Acadêmico, Scielo e Web of Science, disponíveis no Portal Capes-BR. Inicialmente, cada uma das bases de dados foi acessada para se verificar a produção científica dos termos Governança, Governance, “Governança Pública”, “*Public Governance*”, “Governança Pública” e “Universidade Federal”, “*Public Governance*” e “*University Public*”, para se verificar a produção anual dentro do período de dez anos, ou seja, de 2007 a 2016.

Foram obtidas 1.827 publicações sobre o tema Governança Pública na Universidade Federal, sendo um total de 1.790, da base de dados Google Acadêmico – destas, 1.498 em português e 292 em inglês –, e 37 no Periódico Capes, sendo 21 em português e 16 em inglês. As demais bases (Web of Science e Scielo) não trouxeram resultados. As 1.827 publicações foram analisadas por meio da leitura do título e do resumo, sendo eliminados os textos que não estavam alinhados com o tema, restando 21 manuscritos. Todavia, o artigo intitulado “*On the Public University Internal Power in China: From the Perspective of Governance Theory*”

não foi encontrado para análise de conteúdo, sendo excluído da amostra. Os dados foram tabulados em Excel 2010 e os resultados serão apresentados na sequência.

5. ANÁLISES DOS RESULTADOS

A análise das 20 publicações científicas que compõem a amostra dar-se-á nos seguintes seqüências, obedecendo aos critérios: 5.1) Análise em relação à base de dados; Governança e Governança Pública; Governança Pública, nas Universidades Federais; Número de publicações por ano; Periódicos com publicações sobre o tema; Características da autoria: Números de autores; Autores por país; Autores por região; Autores por Instituição de Ensino; Autores mais citados; Palavras-Chave e *Key Words*; e 5.2) Quanto ao conteúdo; Tipologia de pesquisa; Quanto ao objetivo; Quanto ao procedimento; Quanto à abordagem metodológica; Quanto à análise de dados; Síntese das abordagens da Governança Pública nas Universidades Federais, conforme será explanado nos próximos subtítulos.

5.1 – Análise dos dados levantados na base de dados:

A base de dados que mais aborda o assunto é a Google Acadêmico, com um total de 86.900 incidências do termo Governança e 2.756 do termo Governança Pública. Em relação ao termo em inglês *Governance*, temos 3.029.500 incidências e *Public Governance* aparece 33.180 vezes na base de dados pesquisada. Com relação ao Periódico Capes, tem-se um total de 480 incidências do termo Governança e 09 do termo Governança Pública. Já em relação à *Governance*, há 45.551 incidências e *Public Governance* aparece 91 vezes nessa base.

Quanto à base Scielo, conta-se com um total de 664 incidências do termo Governança e 08 do termo Governança Pública. Quanto a *Governance*, tem-se 1.778 incidências e *Public Governance* aparece 18 vezes nessa base. Já a base de dados Web of Science traz um total de 626 incidências do termo Governança e 11 do termo Governança Pública. Em relação aos termos em inglês, *Governance* tem 69.780 incidências e *Public Governance* aparece 376 vezes nessa base.

Frete ao exposto, pode-se verificar que os temas Governança e *Governance* são bastante explorados, todavia, o subtema Governança Pública – e *Public Governance* – é bem menos abordado. Apesar de ser natural que um subtema seja menos explorado que um tema, percebe-se que Governança Pública e *Public Governance* não têm sido objeto de interesse das produções científicas de modo geral. Na sequência, as Figuras 1, 2, 3 e 4 mostram o percentual de incidência das palavras Governança e *Governance*, Governança Pública e *Public Governance* nas bases de dados pesquisadas. Percebe-se pelas figuras apresentadas que, em todas as modalidades (Governança, *Governance*, Governança Pública, *Public Governance*), a base de dados Google Acadêmico supera em mais de 96% as demais, representando a maior fonte de dados da pesquisa.

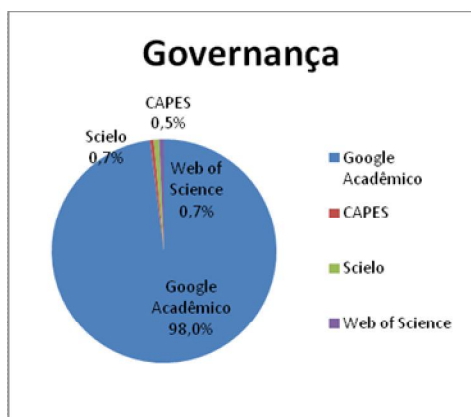


Figura 1 - Governança
Fonte: Dados da pesquisa

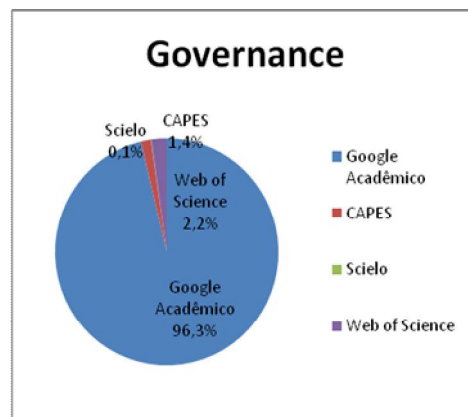


Figura 2 - Governance
Fonte: Dados da pesquisa

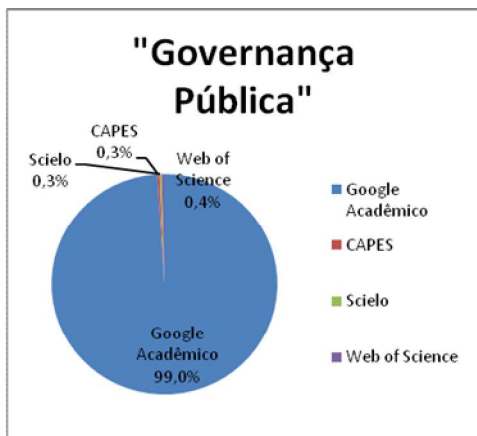


Figura 3 - Governança
Fonte: Dados da pesquisa

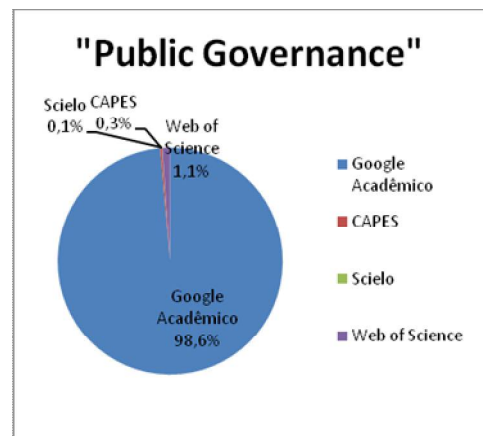


Figura 4 - Governance
Fonte: Dados da pesquisa

Ao se fazer uma análise bibliométrica, é preciso estabelecer um período temporal para a pesquisa, no caso em tela, o tempo estabelecido foi de 2007 a 2016. Nesses parâmetros, configurou-se as Figuras 05 e 06 com relação à base de dados Google Acadêmico, Figuras 07 e 08 com relação à base de dados Capes, Figuras 09 e 10 com relação à base de dados Scielo e, finalmente, as Figuras 11 e 12 com relação à base de dados Web of Science.

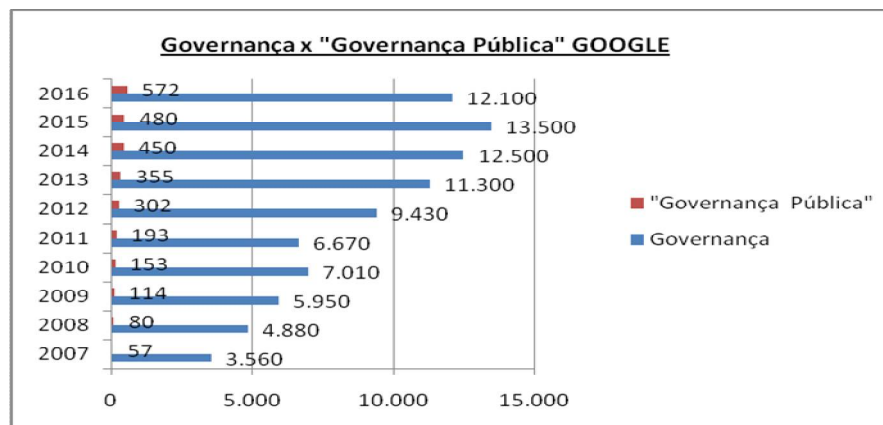


Figura 5 – Governança x “Governança Pública” – Google
Fonte: Dados da pesquisa

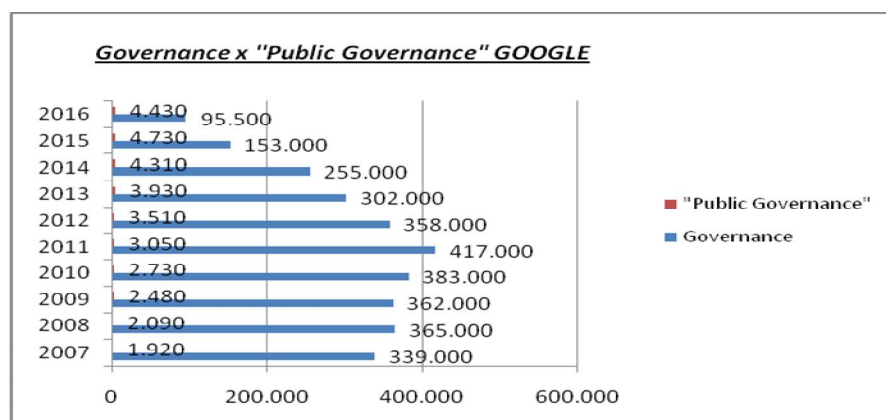


Figura 6 – Governance x “Public Governance” - Google
Fonte: Dados da pesquisa

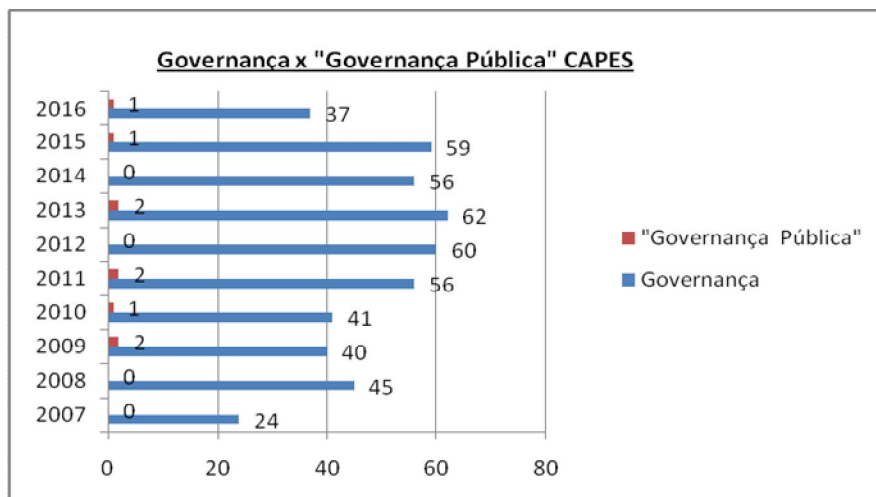


Figura 7 – Governança x “Governança Pública” – Capes
 Fonte: Dados da pesquisa

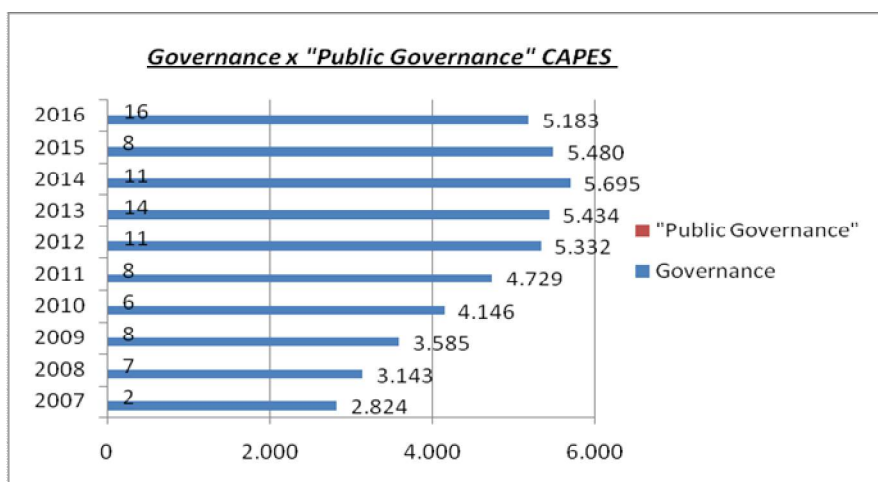


Figura 8 – Governance x “Public Governance” - Capes
 Fonte: Dados da pesquisa

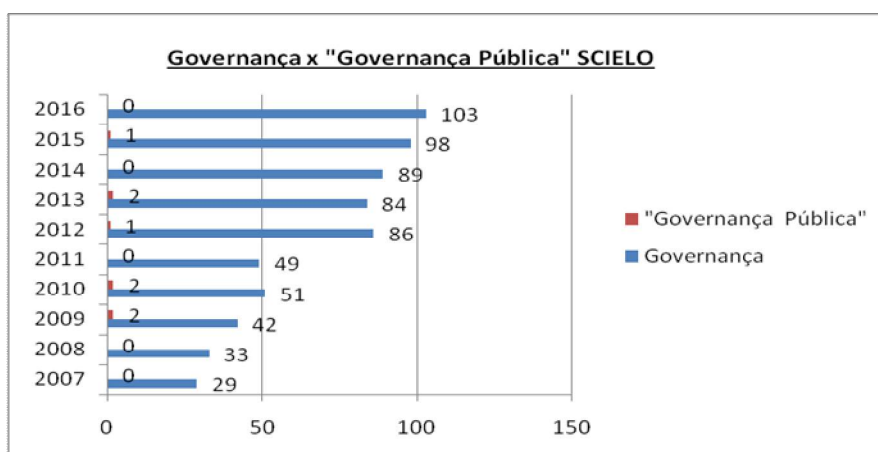


Figura 9 – Governança x “Governança Pública” – Scielo
 Fonte: Dados da pesquisa

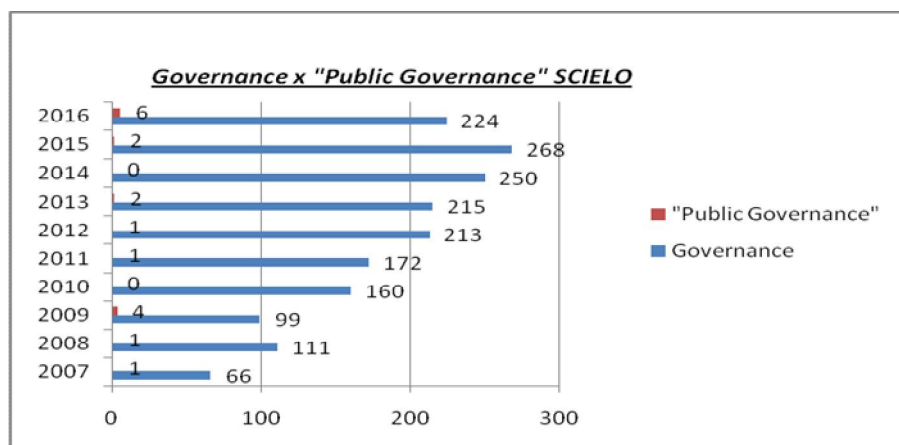


Figura 10 – Governance x “Public Governance” - Scielo
 Fonte: Dados da pesquisa

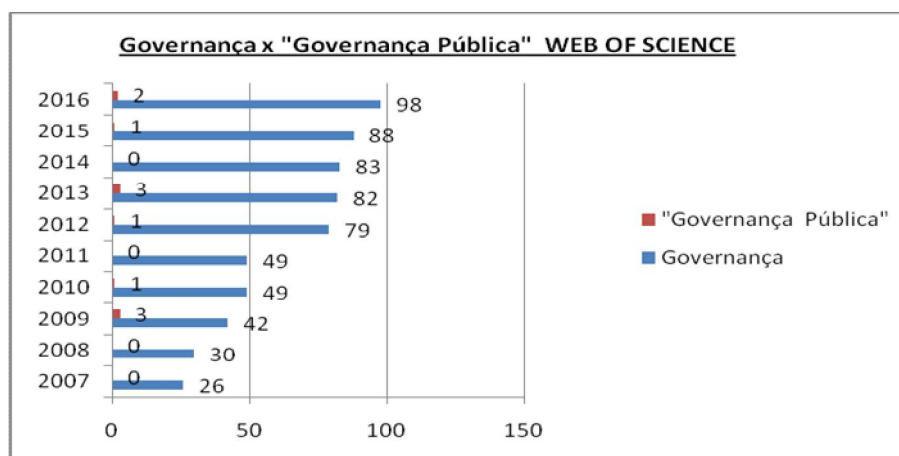


Figura 11 – Governança x “Governança Pública” – Web of Science
 Fonte: Dados da pesquisa

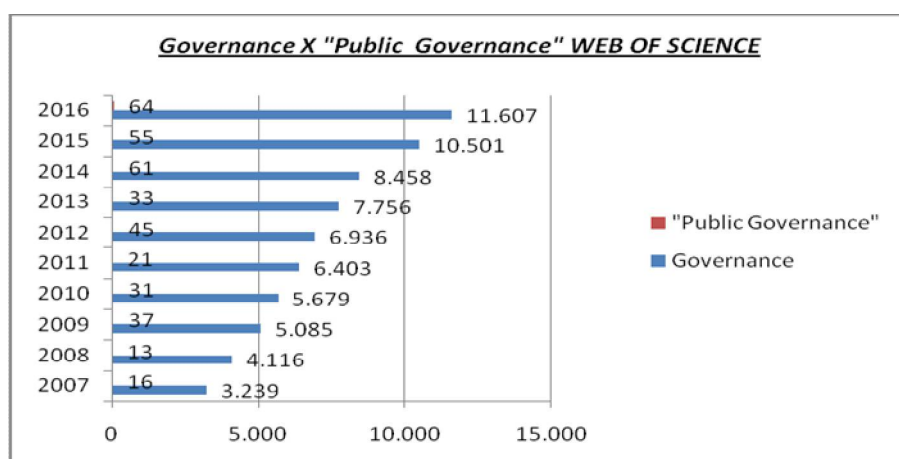


Figura 12 – Governance x “Public Governance” - Web of Science
 Fonte: Dados da pesquisa

Conforme os dados acima se comprovam o que foi exposto no item 5.1 que o termo Governança – e *Governance* – é bem mais explorado do que “Governança Pública” e “*Public Governance*” em todas as bases de dados. O tema da pesquisa bibliométrica deste artigo é a Governança Pública, nas Universidades Federais. Na Figura 13 demonstra-se o que foi encontrado em cada uma das bases pesquisadas.

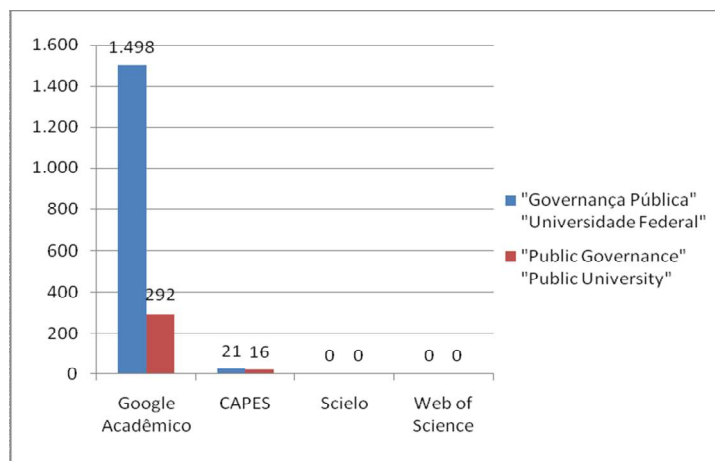


Figura 13 Governança Públicas nas Universidades Públicas
Fonte: Dados de pesquisa

Por meio dos dados apresentados, verifica-se que as bases Scielo e Web of Science não trouxeram resultados para a pesquisa. Quanto ao Google Acadêmico, teve-se como resultados para Governança Pública e Universidade Federal, um total de 1.498 incidências, enquanto para *Public Governance* e *Public University* obtiveram-se 292 incidências. Quanto aos Periódicos Capes, tem-se quase a mesma quantidade de incidências nas duas pesquisas, 21 e 16, respectivamente. Cabe-se ressaltar que, das 37 ocorrências da base Periódicos Capes, todas restaram infrutíferas quanto ao alinhamento ao tema, e que, apesar da base de dados Google Acadêmico ter trazido um total 1.790 de publicações, apenas 20 dessas puderam ser utilizadas para compor a amostra. A Tabela 1 apresenta o número de publicações ao longo do período de 2007 a 2016, trazendo a porcentagem correspondente.

Tabela 1 - Número de Publicações

| Anos | Quantidade | % |
|--------------|------------|----------------|
| 2007 | 1 | 5,00% |
| 2008 | 0 | 0,00% |
| 2009 | 1 | 5,00% |
| 2010 | 0 | 0,00% |
| 2011 | 0 | 0,00% |
| 2012 | 3 | 15,00% |
| 2013 | 1 | 5,00% |
| 2014 | 2 | 10,00% |
| 2015 | 5 | 25,00% |
| 2016 | 7 | 35,00% |
| Total | 20 | 100,00% |

Fonte: Dados da pesquisa

Dado interessante é que, durante três anos, não houve publicações sobre o tema analisado, sendo eles, 2008, 2010 e 2011. O ano de 2016 foi no que mais se publicou, seguido por 2015; ao se fazer a soma das porcentagens desses dois últimos anos, tem-se o valor de 57,81%, sendo possível verificar um aumento de interesse sobre o tema nos últimos anos. Na Tabela 2 constam os periódicos nos quais as publicações foram realizadas e os anos em que ocorreram, com suas respectivas porcentagens.

Tabela 2 - Periódicos com mais publicações sobre o tema

| Periódicos/Anos | 2007 | 2009 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Total | % |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|------------|
| The Journal of Higher Education | 1 | | | | | | | 1 | 5 |
| Educação & Linguagem | | 1 | | | | | | 1 | 5 |
| http://repositorio.utfpr.edu.br | | | 1 | | | | | 1 | 5 |
| RECONT- Registro Contábil | | | 1 | | | | | 1 | 5 |
| Journal of Technology Transfer | | | 1 | | | | | 1 | 5 |
| Colóquio Internacional de Gestão Universitária | | | | 1 | | | 2 | 3 | 15 |
| http://www.repositorio.ufc.br | | | | | | 1 | 1 | 2 | 10 |
| Open Journal of Accounting | | | | | 1 | | | 1 | 5 |
| http://repositorio.unb.br | | | | | | 1 | | 1 | 5 |
| EGPA Annual Conference 2015 | | | | | | 1 | | 1 | 5 |
| EAIR 37th Annual Forum in Krems | | | | | | 1 | | 1 | 5 |
| XII CONLAB | | | | | | 1 | | 1 | 5 |
| Anais do Congresso UFPE de Ciências Contábeis | | | | | | | 1 | 1 | 5 |
| https://repositorio.ufrn.br | | | | | | | 2 | 2 | 10 |
| Desenvolve - Revista de Gestão do UNILASALLE | | | | | | | 1 | 1 | 5 |
| Revista Organizações em Contexto - ROC | | | | | | | 1 | 1 | 5 |
| Total | 1 | 1 | 3 | 1 | 2 | 5 | 7 | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Dentro do período analisado, foram publicadas 20 produções científicas em 16 periódicos, entre os quais o Colóquio Internacional de Gestão Universitária foi o que mais publicou sobre o tema, com 15% das publicações, seguido pelo repositório da Universidade do Ceará e do Rio Grande do Norte, ambos com 10%. Todos os outros periódicos contam apenas com uma publicação sobre o tema, representado 5% do total, reforçando a ideia do quanto o assunto é pouco explorado.

Este tópico irá tratar das características de autoria, tais como os números de autores por publicação, quais são os autores mais citados, a que países são afiliados as Universidades dos autores, bem como, nos casos das publicações nacionais, aos quais Universidades os autores estão afiliados e em quais regiões do Brasil estão localizadas as Universidades das publicações. Ao buscar caracterizar a autoria e a co-autoria dos pesquisadores que escrevem sobre os temas, verificou-se o que consta no Tabela 3, que dispõem a autoria/co-autoria em relação aos anos de pesquisa e também à porcentagem.

Tabela 3 - Número de autores por publicação

| Autoria/Anos | 2007 | 2009 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | Total | % |
|----------------|------|------|------|------|------|------|------|-------|-----|
| Autoria única | | 1 | 1 | | 1 | 2 | 2 | 7 | 35 |
| Dois autores | | | 1 | | | 1 | 1 | 3 | 15 |
| Três autores | 1 | | | | 1 | 2 | 1 | 5 | 25 |
| Quatro autores | | | 1 | | | | 2 | 3 | 15 |
| Cinco autores | | | | 1 | | | 1 | 2 | 10 |
| Total | 1 | 1 | 3 | 1 | 2 | 5 | 7 | 20 | 100 |

Fonte: Dados da pesquisa

Por meio da Tabela 3, percebe-se que 35% do total da produção são de autores que escrevem sozinhos. É importante relatar que, dessas sete publicações, cinco tratam-se de Dissertações de Mestrado e uma de Tese de Doutorado, restando, desta forma, apenas um artigo científico com um único autor. As demais publicações são artigos científicos, representando um total de 13. Contam com co-autoria um total de 65% da amostra, indicando que se tem uma maioria de artigos científicos, e que a maioria dos autores não produz seus manuscritos sozinhos. O Quadro 1 se refere aos autores mais citados, incluindo o título da publicação, o nome dos autores, o ano da publicação e o total das citações. Para efeitos de elaboração da tabela, ficou acordado que só seriam consideradas publicações que tivessem, no mínimo, cinco citações.

| Título do artigo | Autores | Ano da Publicação | Total de Citações |
|--|--|-------------------|-------------------|
| The Enactment of Reforms in State Governance of Higher Education: Testing the Political Instability Hypothesis | Michael K. McLendon; Russ Deaton; James C. Hearn | 2007 | 100 |
| Transparência e accountability nas instituições públicas: análise da convergência desses princípios | Zorzal, Luzia; Rodrigues, Georgete Medleg | 2015 | 29 |
| Research universities as actors in the governance of local and regional development | Goldstein, Harvey A.; Glaser, Karin | 2012 | 26 |
| Implementing good governance principles for the public sector in information technology governance frameworks | Juiz, Carlos; Guerrero, Carlos; Lera, Isaac | 2014 | 18 |
| Governança em universidades confessionais no Brasil: modelo em construção | Tavares, Sergio Marcus Nogueira | 2009 | 11 |
| Governança aplicada à administração pública: a contribuição da auditoria interna para sua efetivação: um estudo em universidades públicas federais | Linczuk, Luciane Mialik Wagnitz | 2012 | 6 |

Quadro 1 - Autores mais citados

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que seis publicações tiveram seis ou mais citações, representando percentual de 40% da amostra analisada, sendo que a publicação “The Enactment of Reforms in State Governance of Higher Education: Testing the Political Instability Hypothesis” contou com 100 citações, ficando em primeiro lugar, enquanto que a segunda colocada, a publicação: “Transparência e accountability nas instituições públicas: análise da convergência desses princípios”, tem apenas 29, seguidas pelos demais. A distribuição dos autores por país se deu

pelo lugar onde a Universidade de suas afiliações estava sediada, como apresentado na Figura 14:

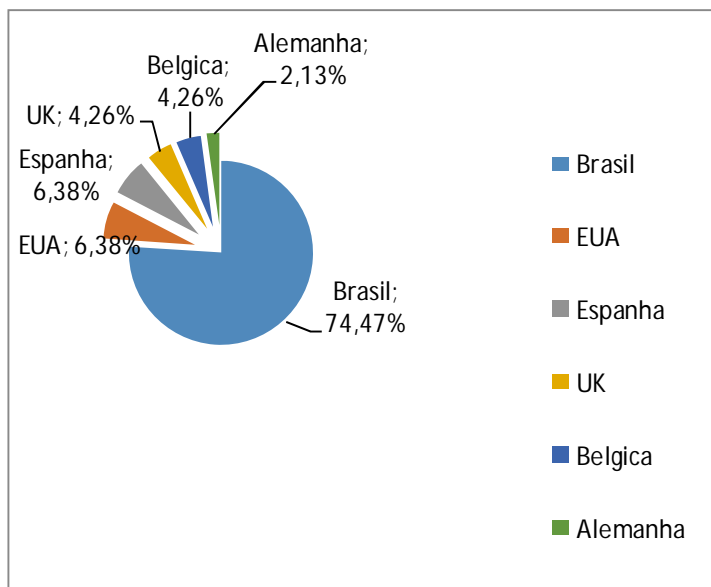


Figura 14 - Países da Instituição dos autores
Fonte: Dados da pesquisa

Das 20 publicações selecionadas pela pesquisa, a grande maioria é de autores afiliados às Universidades brasileiras, representando 74,47%. Apesar disso, a amostra trouxe publicações de outros cinco países, tendo os Estados Unidos e a Espanha com maiores representações autorais. A Figura 15 mostra as Universidades nas quais estão afiliados os autores das publicações selecionadas na amostra desta análise, sendo que ficou acordado selecionar apenas as publicações nacionais para essa análise.

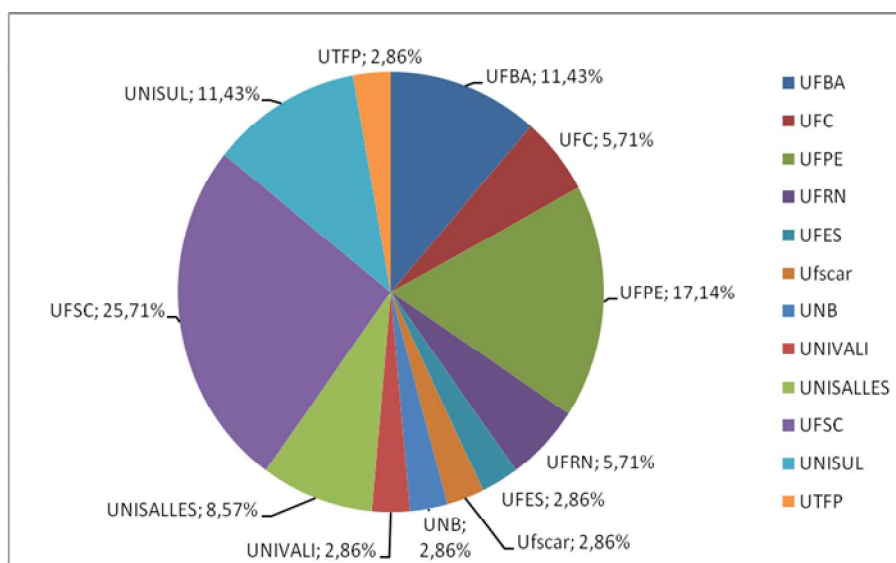


Figura 15 - Instituição dos autores
Fonte: Dados da pesquisa

Com base no gráfico acima, percebe-se que, na afiliação das autorias das publicações nacionais, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) representa 25,71% dos autores,

sendo seguida pela Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e depois pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). A Figura 16 mostra as regiões em que estão as Universidades nas quais estão afiliados os autores das publicações selecionadas na amostra desta pesquisa, sendo que ficou convencionado selecionar apenas as publicações nacionais para essa análise.

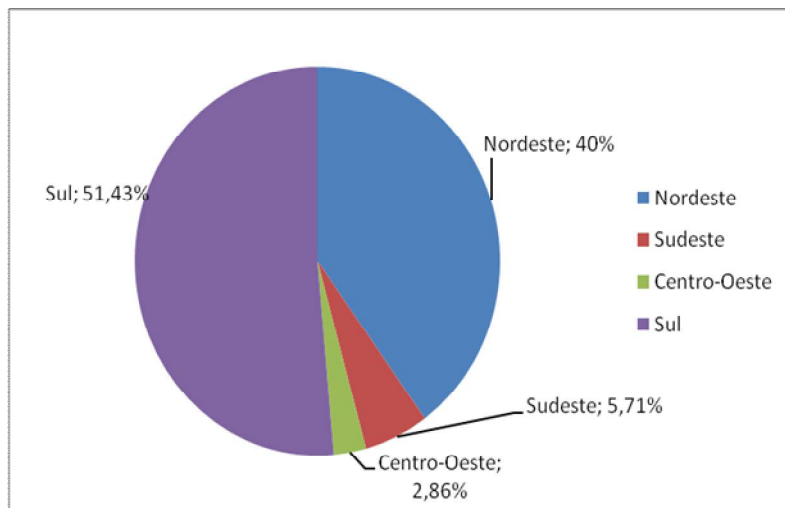


Figura 16 - Região da Instituição dos autores
Fonte: Dados da pesquisa

Das cinco regiões brasileiras, percebe-se o predomínio da Região Sul com 51,43% das publicações sobre o tema, enquanto a Região Nordeste segue na sequência com 40%. Importante ressaltar que as duas regiões somam mais de 90% da amostra, e que a Região Norte não tem publicação mencionada. As Figuras 17 e 18 trazem as palavras-chaves e as *key words*, respectivamente, que foram encontradas nos materiais pesquisados na amostra.



Figura 17 – Palavras-chave
Fonte: Dados da pesquisa



Figura 18 – Key-words
Fonte: Dados da pesquisa

A Figura 17 mostra a incidência das palavras-chave, com um total de 38 palavras. O termo que mais teve ocorrências foi “Governança Corporativa”, com 13,16%, seguido por Governança, com 5,26%, e Administração Pública, Setor Público, Gerencialismo e Transparência, com 5,26% cada. Já a Figura 18 demonstra a incidência das *key-words*. O total foi de 17 palavras, sendo *Governance* a que mais apareceu, com 11,76%, e as demais aparecem apenas uma vez.

5.2. Com relação ao seu conteúdo

O conteúdo das publicações será tratado em dois tópicos: topologia de pesquisa e síntese das abordagens da Governança Pública nas Universidades Federais. Das 20 obras encontradas, percebe-se que a pesquisa descritiva é amplamente predominante, constante em 65% do material publicado, ficando apenas 15% para a pesquisa exploratória e 20% para o tipo combinada com a descritiva e a exploratória. No que diz respeito aos tipos de procedimentos utilizados nas pesquisas, contabilizou-se que a pesquisa documental é a de maior porcentagem, com 30%, e o Estudo de Caso Documental com a menor incidência, 20%.

Com relação à abordagem metodológica, os instrumentos de coleta de dados foram predominante, representando 70% das obras, com destaque para os quatro trabalhos que coletaram dados por meio de entrevista e outros 2 com observação. Já em relação às abordagens metodológicas, pôde-se observar que a maioria dos trabalhos optou pela análise qualitativa, com 19 das 20 obras analisadas com esse método. Cabe ressaltar a ausência de trabalhos com análise quantitativa, que não compromete a qualidade dos trabalhos, mas deixa de mostrar outra visão sobre os resultados. No que diz respeito às abordagens da Governança Pública, nas Universidades Federais, vem sendo tratado de forma tímida nas Universidades Federais brasileiras, tendo em vista a pouca produção acadêmica dos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*, conforme foi mostrado nesta seção. Vale ainda expor a abordagem dos principais estudos relacionados ao tema dos cursos de Mestrado e Doutorado, a fim de compreender o contexto e os rumos que a governança pública tem tomado nas Universidades Federais.

A Dissertação de Mestrado intitulada “Governança aplicada à administração pública – a contribuição da auditoria interna para sua efetivação: um estudo em universidades Públicas”, de Linczuk (2012), discute a migração da aplicação dos conceitos de governança corporativa para o âmbito público, assim como a efetividade da implementação da Governança Pública nas Universidades Federais brasileiras, e discute ainda o papel das auditorias internas neste processo. A autora conclui que os setores de Auditoria Interna carecem de maior atenção por parte da Administração dos órgãos para atuarem como instrumentos mais efetivos na governança das Universidades Federais.

O trabalho de Zorzal (2015), para obtenção do título de doutora, cujo título é “Transparência das informações das Universidades Federais: Estudo dos relatórios de gestão à luz dos princípios de boa governança na Administração Pública Federal”, discorre sobre em que medida os Relatórios de Gestão das Universidades Federais atendem aos princípios de boa governança da Administração Pública Federal. Os resultados apontaram que o atendimento aos princípios de boa governança nos Relatórios de Gestão das cinco Universidades analisadas ainda é insuficiente para se atingir o nível mais alto de transparência.

A Dissertação de Mestrado “Governança no setor público: uma análise das práticas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte”, de Batista (2016), busca analisar se práticas de governança no setor público, seus conceitos, princípios e proposições estão sendo adotados pela alta gestão da UFRN. O trabalho conclui que, entre as práticas pesquisadas, 10 estão sendo adotadas pela instituição e 18 ainda não foram implantadas na autarquia. Entre as práticas não adotadas, aquelas relacionadas aos princípios e conceitos da governança pública são: eficiência, gestão de riscos, transparência e responsabilidade.

Santiago (2015), em sua Dissertação de Mestrado com o título “Análise da adequação dos Mecanismos de governança utilizados para gestão da Universidade Federal do Ceará (UFC)”, buscou analisar as cinco dimensões do controle: Ambiente de Controle; Avaliação de Risco; Atividades de Controle; Informação e Comunicação; e Monitoramento. Com uma abordagem qualitativa das informações, concluiu que os setores da Universidade Federal do

Ceará analisados ainda necessitam de estruturação, normatização e definição de responsabilidades e competência setoriais.

Na Dissertação de Mestrado “Governança no setor público: análise da aplicabilidade dos mecanismos de governança nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na Paraíba”, de Santos (2016), encontrou-se uma análise sobre a aplicação dos mecanismos de governança – constantes no manual intitulado “Governança Pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria” do TCU – nas IFES no estado da Paraíba. Os resultados apontaram para uma inexpressiva adoção dos mecanismos de governança nas Instituições analisadas.

Com o título “Governança no Setor Público segundo a IFAC – Um estudo nas Universidades Federais brasileiras”, Sales (2014) investigou o nível de engajamento das Universidades Federais brasileiras às práticas de governança pública recomendadas pela International Federation of Accountants (IFAC) para as dimensões Estrutura e Processos Organizacionais” e “Controle. A coleta de dados foi realizada em análise de documentos institucionais de 48 Universidades Federais brasileiras, e a conclusão foi de que, do total de 77 recomendações analisadas, a aderências delas às práticas de governança dispostas pela IFAC é de aproximadamente 49%.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo fazer uma pesquisa bibliométrica sobre a Governança nas Universidades Federais, com o intuito de identificar o perfil das publicações sobre o tema, por meio da análise das variáveis: base de dados, Governança e Governança Pública ao longo do tempo, Governança Pública nas Universidades Federais, número de publicações por ano, periódicos com publicações sobre o tema, características da autoria, palavras-chave e key-words e tipologia de pesquisa, sendo possível concluir que a comunidade científica ainda trata o tema de maneira tímida, apesar de sua relevância no contexto político e econômico brasileiro.

Constata-se que Governança e *Governance* são temas bem explorados em todas as bases de pesquisa utilizadas (Portal Capes, Google Acadêmico, Scielo e Web of Sciece). Todavia, quando comparados ao subtema Governança Pública e Public Governance, percebe-se que essas são praticamente inexploradas. Com relação às bases de dados, verifica-se que o Google Acadêmico é a que mais trata do assunto examinado, e mesmo quando se refere à Governança, *Governance*, Governança Pública ou *Public Governance*, seus achados superam em 96% as outras bases de dados pesquisadas. Os resultados mostram que nos anos de 2015 e 2016 corresponderam a um total de 57,81% das publicações sobre a temática em questão, em relação aos oito anos anteriores, ou seja, de 2007 a 2014, demonstrando um aumento no interesse sobre o tema. Além disso, 16 periódicos publicaram sobre o tema entre o período analisado, sendo o Colóquio Internacional de Gestão Universitária o periódico que mais publicou.

Com relação às características de autoria, observou-se que 65% da amostra é composta por artigos científicos cujos autores escrevem em co-autoria. Percebe-se que o artigo mais citado é “The Enactment of Reforms in State Governance of Higher Education: Testing the Political Instability Hypothesis”, contando com 100 citações, e que, na distribuição de autores por país, o Brasil está na primeira posição, com 74%. Ainda, verificou-se que as regiões sudeste e nordeste têm abordado o tema com mais frequência, com destaque para as obras publicadas e diretamente relacionadas à UFSC. Em uma análise do conteúdo, verificou-se que as pesquisas são, na maioria, descritivas, sendo essa pesquisa dominante, com 65% da amostra. Com relação aos procedimentos metodológicos, o mais usado é a bibliográfica documental, todavia, existe um equilíbrio com as demais abordagens. Quanto à abordagem metodológica, tem-se a documental com 70% da amostra. Com relação à análise de dados,

percebe-se não haver nenhuma abordagem quantitativa, sendo que a ampla maioria é qualitativa, com 95%.

Os principais achados sobre o tema Governança Pública nas Universidades Federais são as diversidades de construções feitas com a temática, sendo que as mais recorrentes são as que ligam governança à transparência e a Accountability e ao nível de aderência às recomendações de boas práticas do IFAC (International Federation of Accountants), além dos princípios da governança corporativa sendo aplicados nas Universidades Públicas. A grande limitação da pesquisa foi a baixa adesão ao tema pesquisado e a completa falta deste nas bases de pesquisa analisadas, sendo que, apesar da pesquisa abranger quatro bases, em apenas uma, Google Acadêmico, foram encontrados materiais sobre a temática analisada.

Quanto à lacuna, percebe-se que o tema pesquisado é muito amplo e, pelas publicações analisadas, pode ser vinculado aos mais diversos subtemas, como, por exemplo, políticas públicas, planejamento estratégico, controles internos, auditoria interna, índice de desempenho, entre outros, podendo ser tratados em pesquisas futuras. Por fim, conclui-se que se trata de um tema que precisa ser mais explorado, tendo em vista a o grande volume de orçamento disponibilizado para as Universidades Federais, bem como pela constante atuação dos órgãos de controle, como TCU, e ainda devido ao momento de maior controle social que nosso país vive, desta forma é preciso que a Governança Pública, bem como as Universidades Federais, sejam vistas como temas de importância pelos pesquisadores tanto pelo seu impacto econômico como social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Lauro Eduardo Soutello. **Governança e Cidadania Empresarial**. Revista de Administração de Empresa, v. 41, n. 4, p. 78-86, dez. 2001.
- BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; SOUZA, Graceane Coelho; RIBEIRO, Jorge Luiz Lordelo Sales; PEIXOTO, Adriano De Lemos Alves. **O papel dos conselhos superiores na estrutura de governança das universidades federais brasileiras: o caso da UFBA**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/172081>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- BATISTA, Edilmilson Monteiro. **Governança no setor público: uma análise das práticas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Natal, RN. 2016. 130 p.
- BRASIL. **Lei nº. 13.225, de 14 de janeiro de 2016**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13255.htm. Acesso em: 1 jul. 2017.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial básico de Governança aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública**. versão 2 - Brasília: TCU, 2014, 80 p
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Burocracia pública e reforma gerencial**. Revista do Serviço Público de 1937 a 2007, p. 29, 2007.
- FERENHOF, Helio Aisenberg; VIGNOCHI, Luciano; SELIG, Paulo Maurício; LEZANA, Álvaro Guillermo Rojas; CAMPOS, Lucila M. S.
- Environmental management systems in small and medium-sized enterprises: an analysis and systematic review**. Journal of Cleaner Production, v. 74, p. 44-53, 2014.
- FERREIRA, Jacques de Lima. **Formação de professores: Teoria e prática pedagógica**. Editora Vozes Limitada, 2014.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. In Métodos e técnicas de pesquisa social. Atlas. 2010
- GONÇALVES, Alcindo. **O conceito de governança**. XIV Encontro do Conpedi, p. 16, 2005.

IBGC, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**, 5ª ed. São Paulo, IBGC, 2015.

LINCZUK, Luciane Mialik Wagnitz. **Governança aplicada à administração pública - a contribuição da auditoria interna para sua efetivação: um estudo em Universidades Públicas Federais**. Curitiba: UTFPR, 2012. p.181.

MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva; CORRAR, Luiz João. **Análise Comparativa do Desempenho Contábil-Financeiro de Empresas com Boas Práticas de Governança Corporativa no Brasil**. RC&C. Revista de Contabilidade e Controladoria, v. 4, p. 42-61, 2012.

QUEIROZ, Marly Alfaia Simões de; PETER, Maria da Gloria Arrais; MACHADO, Marcus Vinicius Veras ; GOMES, Amanda de Oliveira; RODRIGUES, Maria Denise Nunes. **Controle interno e controladoria na Administração Pública: estudo nas universidades federais brasileiras**. CAPITAL INTELECTUAL, v. 1, n. 2, p. p. 59-72, 2016.

SALES, Elana Carla de Albuquerque Silva. **Governança no Setor Público segundo a IFAC – Um estudo nas universidades federais brasileiras**. Fortaleza, CE. 2014, 158 p.

SANTIAGO, Maria Glícia Conde. **Análise da adequação dos Mecanismos de governança utilizados para gestão da Universidade Federal do Ceará (UFC)**. Fortaleza, CE. 2015, 102 p.

SANTOS, Fabrício do Nascimento Santos. **Governança no setor público: Análise da aplicabilidade dos mecanismos de governança nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) na Paraíba**. Natal, RN. 2016, 88 p.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo; KOBASHI, Nair Yumiko. **Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações**. Pesq. bras. Ci. Inf., Brasília, v. 2, n. 1, p. 155-172, 2009. ISSN 1983-5116. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/21/43>>.

WORLD BANK. **Governance and Development**. [s.l.] World Bank, 30 abr. 1992. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/604951468739447676/Governance-and-development>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

ZORZAL, Luzia. **Transparência das informações das universidades federais: estudos dos relatórios de gestão à luz dos princípios da boa governança na administração pública federal**. Brasília. 2015, 197 p.